

Bolívia: trajetória de uma sociedade abigarrada

SINDY GABRIELLY HOLANDA OLIVEIRA

RESENHA: CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. **Formação do Estado e horizonte plurinacional na Bolívia.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

“Formação do Estado e horizonte plurinacional na Bolívia”, de Clayton M. Cunha Filho, caracteriza-se por sua densidade e complexidade, apresentando um apanhado histórico das transformações, ideias e conflitos que formaram o Estado da Bolívia. Doutor em ciência política e pesquisador responsável por Bolívia no Observatório Político Sul-Americano (OPSA/IESP-UERJ) entre 2008 e 2015, o autor apresenta a trajetória da sociedade boliviana em seu caráter contraditório, conturbado e *abigarrado*¹. O resgate histórico apresentado no livro concentra-se nas três tradições políticas do país: Liberal, Indianista e Nacional-Popular, entendendo que essas tradições possuem raízes profundas que deixaram legados e demandas inconclusas, influenciando de forma significativa o novo Estado plurinacional. O debate apresentado é extremamente atual, uma vez que a experiência boliviana é algo novo e que seus debates estão em andamento. Para os leitores brasileiros, é possível traçar diversos paralelos de experiências em

1 No texto *A Bolívia e os desafios da integração regional: crise de hegemonia, instabilidade e refundação institucional*, Clayton M. Cunha Filho e João Paulo S.L. Viana citam o sociólogo René Zavaleta Mercado, que descrevia a Bolívia como uma sociedade *abigarrada*. Ao procurar o significado dessa palavra, foram encontrados muitos exemplos, dentre eles: uma pintura abigarrada é aquela com cores diversas e mal combinadas, heterogêneas e incoexas. É dessa forma que René Zavaleta via a sociedade boliviana: composta de muitas outras civilizações, justapostas, distintas e incapazes de impor-se uma sobre a outra.

SINDY GABRIELLY HOLANDA OLIVEIRA

Mestranda em Antropologia Social (PPGAS- UFRGS). E-mail: sindyholanda20@gmail.com

comum entre o Brasil e a Bolívia, a exemplo da experiência colonial e das questões dos povos indígenas.

Considerando René Zavaleta como o maior intelectual do século XX, Cunha Filho afirma que o pensador entendia que o presente político podia ser melhor compreendido através de sua gênese histórica. Desse modo, seguindo o método zavaletiano, o autor busca expor os momentos constitutivos das matrizes políticas denominadas de liberalismo-constitucional, indianismo-comunitário e nacional-popular, demonstrando como a síntese dos legados dessas matrizes influenciou os contornos institucionais do Estado Plurinacional em 2009. Em vista disso, pretende-se elencar alguns desses momentos e os argumentos centrais do autor, na tentativa de expor ao leitor a profundidade da obra.

O livro é dividido em introdução, quatro capítulos e conclusão. Iniciando, Cunha Filho afirma que a Bolívia está marcada por controvérsias e conflitos, desde seus processos de colonização até os de independência e democratização. Demonstrando as diversas formas de resistência, os povos indígenas da Bolívia aparecem na obra como sujeitos protagonistas², considerando suas transformações históricas e políticas, sem romantismos. Ao longo do texto, são apresentadas as diversas intempéries pelas quais passaram a relação dos povos indígenas com a constituição do Estado.

Uma delas, destaque-se, foi a tentativa de remoção da identidade étnica indígena, retratada no capítulo 1, *A matriz política do Liberalismo-Constitucional*. Em 1874, a Lei de Desvinculação concedia o direito de propriedade individual da terra aos índios e abolia a comunidade como unidade jurídica. Dessa forma, a comunidade estava formalmente extinta, em que a tentativa liberal era transformar os indígenas em pequenos camponeses proprietários e as terras indígenas em *haciendas*. O autor afirma que a resistência indígena a essa tentativa foi lenta e marcada por idas e vindas com o governo boliviano.

2 Assim como ressalta João Pacheco de Oliveira, os povos indígenas devem ser pensados como sujeitos políticos portadores de direitos e de protagonismo. Ao dar uma dimensão histórica, descritiva e crítica a seu estudo, o autor permite uma compreensão profunda sobre a sociedade boliviana.

Ao caracterizar a matriz liberal constitucional, Cunha Filho a descreve como oligárquica e até mesmo aristocrática, uma vez que, desde os processos da independência da Bolívia até a metade do século XX, esse caráter elitista, postulado muitas vezes a pressupostos racistas, apresentava-se explicitamente na defesa da ideia de que a posse de determinada renda e a capacidade de ler e escrever em espanhol eram critérios necessários para o exercício da cidadania política, condições essas que supostamente garantiriam um sistema político de qualidade e moderno. A modernização também foi – e é – uma questão na Bolívia, assim como acontece no restante da América Latina, uma vez que os povos originários são vistos como obstáculos para esse processo.

Característico desse momento histórico boliviano também foi o “Plano de Todos”. Como observável na obra, esse plano aprofundava o modelo liberal e objetivava a privatização das principais empresas públicas (YPFB telecomunicações, transportes e eletricidade). Tais medidas geraram uma série de insurreições que culminaram na Revolução de 1952. Assim, encerrou-se o sistema oligárquico e instaurou-se o sufrágio universal, trazendo medidas redistributivas com a reforma agrária, a nacionalização das minas de estanho e a ampliação dos direitos trabalhistas.

Porém, não encerram aqui as influências do liberalismo-constitucional. Cunha Filho relata que, durante o período da democracia pactuada, na qual os partidos não conseguiam atingir mais da metade dos votos nas eleições de 1989, 1993, 1997 e 2002, estabeleceu-se que todos os presidentes do período seriam escolhidos a partir de pactos e, com isso, manteriam a orientação econômica neoliberal. Outro legado deixado por essa matriz foi a incorporação do horizonte eleitoral na política do país, uma vez que, mesmo após o sufrágio, políticos recorrem à promulgação de constituições e à eleição de parlamentares como forma de legitimação do seu poder.

No capítulo 2, *A matriz política Indianismo-Comunitário*, o autor define os contornos atuais, a agenda e os objetivos dessa matriz política. Inicialmente, refuta a ideia estabelecida na historiografia vigente até o século XX, que caracterizava os movimentos dos povos indígenas como pré-políticos por falta de objetivos bem

definidos. Demonstrando o caráter político desses movimentos na Bolívia, Cunha Filho afirma que eles não se tornam menos políticos pelo fato de a questão étnica ter um espaço destacado do programa político. Contrapondo essa ideia, o autor explicita que tais revoltas tinham um objetivo nítido – como, por exemplo, as propostas de uma hegemonia indígena –, consolidando, assim, o indianismo-comunitário como matriz política.

Ressaltando que a matriz indígena-comunitária possui raízes que remetem à colonização espanhola, o autor busca descrever a trajetória da política indígena ao longo do tempo. Assim, evidencia a diversidade étnica e a heterogeneidade dos povos indígenas bolivianos, fator preponderante para as clivagens internas, além de outras complexas e variadas estratificações sociais. Como citado anteriormente, as sociedades indígenas eram vistas como algo arcaico e um obstáculo para a modernização. A adoção da identidade camponesa por parte dos indígenas foi incentivada pelo governo, pois o termo “índio” carregava uma carga pejorativa; tal ação refletiu na formação de nações e povos indígenas originários camponeses (NPioc), agentes fundamentais na refundação plurinacional e da Constituição de 2009.

Questões envolvendo apropriação de terras indígenas, autonomia e tentativa de enfraquecer as comunidades perpassam em muitos momentos da história do país. O reconhecimento das sociedades indígenas como sujeitos válidos e potenciais representantes políticos só se consolidou na Revolução de 1952. Cunha Filho afirma que as posições conservadoras bolivianas sempre defenderam o sistema de *haciendas* como uma necessidade, tendo em vista a suposta incapacidade dos povos indígenas de atuar racionalmente em defesa de seus interesses, tentando manter esses povos sob tutela.

A presente obra aponta o fim do Pacto Militar-Camponês, a reconquista da autonomia dos sindicatos rurais e o movimento katarista como responsáveis pela recuperação das identidades étnicas na Bolívia. Demonstra que a autonomia ou o autogoverno é um horizonte da matriz política indianista-comunitária desde antes da formação do Estado independente, e, com isso, influenciando posteriormente a formação do Estado Plurinacional.

No capítulo 3, *A matriz política do Nacional-Popular*, o autor associa uma série de acontecimentos e seus vínculos à matriz política em questão, afirmando, por exemplo, que a eleição de Evo Morales em 2005 retomou parte da agenda inconclusa da revolução de 1952, considerando que a matriz nacional-popular consiste em um conjunto de demandas em relação ao Estado e à sociedade civil, assumindo uma lógica populista em determinadas conjunturas. Essa matriz teve seu apogeu em 1952, e seus desgastes mais profundos ocorreram entre 1982 e 1985.

Nesse sentido, Cunha Filho também ressalta que, para muitos estudiosos da Bolívia, a compreensão do que é democracia sempre esteve atrelada à experiência da revolução de 1952, que foi marcada pelo sufrágio universal, pelas mobilizações de massa e pelas ações diretas. A Guerra do Gás também é apontada como o apogeu de período de revoluções. Demonstrando a influência da matriz nacional-popular na contemporaneidade, o texto afirma que os objetivos principais da agenda política de 2000-2005 são a construção de um Estado legítimo e viável, o controle soberano dos recursos naturais e sua industrialização, visando ao desenvolvimento econômico e à incorporação de políticas de massa, além do fato dessa matriz ter como seu principal ator o campesinato.

No capítulo 4, *A construção do Horizonte Plurinacional*, o autor retoma a ideia de que a história da Bolívia constituiu três matrizes políticas com demandas e formas de mobilizações específicas importantes para a constituição e legitimação do Estado no país. Afirma que o Estado boliviano hierarquizado e oligárquico buscava projetar fachadas institucionais, supostamente democráticas e modernas, e que as comunidades indígenas, as *haciendas senhoriais* e as áreas periféricas eram pontos-cegos estatais. Em consequência dessa ausência estatal, que só estava presente em questões punitivas ou de espoliação, as comunidades desde sempre atuaram como mini-Estados, no sentido de ter sua autonomia interna preservada, sob configurações culturais indígenas.

O Estado plurinacional, portanto, se constituiu por meio das confluências de processos questionadores da ordem política do país. O autor afirma que o horizonte plurinacional passou a ser um tipo de reimaginação da comunidade nacional, admitindo sua

incompletude e vendo, na incorporação de elementos das diferentes matrizes de modo abigarrado, o modo de completar a comunidade. Dentro dessas confluências, não há atores puros em nenhuma das três matrizes – percebendo-se, assim, o caráter complexo e por vezes contraditório da sociedade boliviana.

De modo a tentar reparar historicamente os danos causados às sociedades indígenas bolivianas, o novo Estado Plurinacional tenta superar essa dívida histórica através da adoção de símbolos das culturas aborígenes, bem como, da maior inclusão destes grupos na participação das instituições e da constituição.

O cenário e o objeto de estudo desse livro ainda estão em constante construção, de modo que o autor lança a reflexão de que a ausência de uma conjuntura política pós-Evo Morales deixa uma questão em aberto: até que ponto a legitimidade adquirida é inerente ao novo Estado Plurinacional, ou se deve ao bom momento econômico que vive o país e à figura carismática do presidente.

Um leitor atento perceberá a importância da profunda genealogia do Estado boliviano feita por Cunha Filho na obra, tanto para a compreensão da política e da formação do país, e também para entender os processos semelhantes por quais passam os países da América Latina.

REFERÊNCIAS

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça; VIANA, João Paulo Saraiva Leão. A Bolívia e os desafios da integração regional: crise de hegemonia, instabilidade e refundação institucional. *In*: VIANA, João Paulo Saraiva Leão; VASCONCELLOS, Patrícia Mara Cabral de; MIGUEL, Vinícius Valentin Raduan (Orgs.). **Integração Sul-Americana**: desafios e perspectivas. Porto Velho: Edufro, 2011, p. 224-252.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. 384p. il. color.